

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.779 - SP
(2019/0107039-3)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MARA GARDENIA SOUZA ADRIANO
ADVOGADOS : HÉLIO NAVARRO DE ALBUQUERQUE NETO E OUTRO(S) -
SP262656
JOÃO OTÁVIO TORELLI PINTO - SP350448
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JULIANA YUMI YOSHINAGA E OUTRO(S) - SP214131S

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. LICENÇA-PRÊMIO. AFERIÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VIOLAÇÃO DE COISA JULGADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O provimento do recurso especial quanto à existência direito à licença prêmio por período não compreendido em título judicial anterior, depende de exame fático-probatório dos autos, com o fim de aferir eventual violação de coisa julgada. Essa tarefa não é possível nos termos da Súm. n. 7/STJ.
2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator